



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CIS453 – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**UM ESTUDO SOBRE AS DEPUTADAS FEDERAIS NO BRASIL E A
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE 2019 A 2022.**

AMANDA DE ANDRADE SANT'ANNA - 95939

VIÇOSA – MINAS GERAIS

2022

AMANDA DE ANDRADE SANT'ANNA

**UM ESTUDO SOBRE AS DEPUTADAS FEDERAIS NO BRASIL E A
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE 2019 A 2022.**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Icaro Gabriel Da Fonseca Engler

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2023**

AGRADECIMENTOS

Durante minha trajetória acadêmica contei com o incentivo de várias pessoas que estiveram presentes nesse percurso, são elas família, amigos, professores e colegas. Portanto agradeço aos meus pais Wilson José Silva Sant'Anna e Adriana de Andrade Sant'Anna, também aos meus irmãos Lavinia de Andrade Sant'Anna e Pedro Augusto Bouzada Sant'Anna pelo amor, apoio e conforto nos momentos difíceis. Aos meus amigos, por deixarem minha vida mais leve e compreenderem minha ausência devido a realização deste trabalho. Ao meu companheiro Jullian Pablo de Souza Lopes, pelo incentivo e carinho. Ao meu professor orientador Dr. Icaro Gabriel Da Fonseca Engler, pelos ensinamentos, compreensão e paciência na qual guiou meu aprendizado. As minhas queridas professoras, Dra. Rayza Sarmiento de Sousa e Dra. Daniela Leandro Rezende, que me apresentaram a Ciência Política e me inspiraram a estudar a teoria da representação política. Aos meus colegas da universidade pelos bons momentos e experiências compartilhadas que possibilitaram meu crescimento pessoal e profissional. À Universidade Federal de Viçosa e ao Departamento de Ciências Sociais (DCS) por todo suporte e ferramentas para realização desta pesquisa e formação profissional. Por fim, agradeço a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para meu enriquecimento profissional.

RESUMO

Este trabalho aborda questões ligadas à sub-representação política das mulheres na Câmara dos Deputados, analisadas de acordo com a ideologia partidária das deputadas. Portanto, objetiva compreender, entre outras coisas, se a ocupação feminina de cadeiras na Câmara dos Deputados consegue garantir o comprometimento das parlamentares com as demandas desse grupo ao qual elas compõem, uma vez que, uma das justificativas das teorias de representação política para a importância da pluralidade nas esferas político-decisórias é a possibilidade de que os grupos minoritários consigam atender os interesses de seus “semelhantes”. Para tanto, foram feitas pesquisas bibliográficas no site da Câmara dos Deputados e no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), para montar fichas biográficas das deputadas federais eleitas nas 56ª legislatura (2019) que foram reeleitas na 57ª legislatura (2023) com a intenção de definir o perfil, trajetória política, projetos de lei propostos por elas e trunfos sociais que caracterizam essas parlamentares, além de montar gráficos e tabelas que irão sistematizar e possibilitar melhor visualização das informações. Nesse sentido, a partir de dados levantados e estatísticas, é argumentado que a bancada feminina reeleita da Câmara dos Deputados, dentro do período estudado, é composta por mulheres que são majoritariamente de direita, brancas, casadas, com alto nível de escolarização, militantes, e que se preocupam em maior medida com direitos humanos, educação e saúde, em vista de que são os temas com maior número de projetos de lei propostos por elas.

Palavras-chave: Representação Política de Mulheres; Deputadas Federais Reeletas; Trunfos Sociais; Projetos de Lei

ABSTRACT

This work addresses issues linked to the political underrepresentation of women in the Chamber of Deputies, analyzed according to the party ideology of the deputies. Therefore, it aims to understand, among other things, whether female occupation of seats in the Chamber of Deputies can guarantee the commitment of parliamentarians to the demands of this group of which they make up, since one of the justifications of theories of political representation for the importance of plurality in political-decision-making spheres is the possibility that minority groups are able to meet the interests of their “peers”. To this end, bibliographical research was carried out on the website of the Chamber of Deputies and on the Brazilian Historical Biographical Dictionary (DHBB) of the Center for Research and Documentation of Contemporary History of Brazil (CPDOC) from Fundação Getúlio Vargas (FGV), to assemble biographical files of the federal deputies elected in the 56th legislature and re-elected 57th legislature with the intention of defining the profile, political trajectory, bills proposed by them and social assets that characterize these parliamentarians, in addition to putting together graphs and tables which will systematize and enable better visualization of information. In this sense, based on data collected and statistics, it is argued that the female bench re-elected from the Chamber of Deputies within the period studied is composed is made up of mostly right-wing women, white, married, with a high level of education, militant, and who are more concerned with human rights, education and health, considering that these are the topics with the largest number of bills proposed by them.

Keywords: Political Representation of Women; Re-elected Federal Deputies; Social Assets; Bills

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------|
| AVANTE | Avante |
| CIDADANIA | Cidadania |
| CPDOC | Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil |
| DEM | Democratas |
| DHBB | Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro |
| FGV | Fundação Getulio Vargas |
| MDB | Movimento Democrático Brasileiro |
| NOVO | Partido Novo |
| ONG | Organização Não Governamental |
| PCdoB | Partido Comunista do Brasil |
| PDT | Partido Democrático Trabalhista |
| PL | Projeto de Lei |
| PL | Partido Liberal |
| PODE | Podemos |
| PP | Progressistas |
| PROS | Partido Republicano da Ordem Social |
| PSB | Partido Socialista Brasileiro |
| PSD | Partido Socialista Brasileiro |
| PSDB | Partido Da Social Democracia Brasileira |

| | |
|---------------|--------------------------------|
| PSL | Partido Social Liberal |
| PSOL | Partido Socialismo E Liberdade |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| PTB | Partido Trabalhista Brasileiro |
| PV | Partido Verde |
| REDE | Rede Sustentabilidade |
| REPUBLICANOS | Republicanos |
| SOLIDARIEDADE | Solidariedade |

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------------------------|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 2.METODOLOGIA..... | 14 |
| 3.RESULTADOS..... | 15 |
| 3.1 Perfil das deputadas reeleitas..... | 16 |
| 3.2 Projetos de lei..... | 21 |
| 3.3 Projetos de lei quando o assunto é “mulher”..... | 29 |
| 4.CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 34 |
| 5. REFERÊNCIAS..... | 36 |

1. INTRODUÇÃO

A história por muito tempo ocultou as figuras femininas, sejam essas das mulheres brancas que romperam com as limitações do mundo privado, das indígenas que enfrentaram a violência dos colonizadores, das negras que se rebelaram contra a escravidão, e de todas essas e muitas outras que lutaram para conquistar direitos e voz no mundo público. Foi aos poucos que elas conquistaram seus direitos, uma caminhada longa que passou desde o direito ao voto, até a possibilidade de se elegerem nos espaços democráticos de poder político.

Todavia, no caso do Brasil, ainda é difícil ver mulheres ocupando as instâncias de representação política mais elevadas. Uma vez que, para além das desigualdades previstas pelos papéis de gênero construídos socialmente que ainda impedem uma igualdade entre os sexos nos campos de representação política. Além disso, existem outros fatores que perpassam a história do país. Segundo Clara Araújo (2001), socióloga brasileira, o fato de as mulheres terem tido uma participação tardia no campo político, visto que, só tiveram direito ao voto 43 anos após a Proclamação da República, contribuiu para que elas ocupassem esses espaços quando certos padrões já se encontravam traçados nas instâncias estruturadas de poder. Ademais, momentos históricos conturbados vividos pelo país podem ter destacado essas diferenças de gênero, como os percalços passados na construção da democracia brasileira que volta e meia foi interrompida prejudicando os direitos políticos dos cidadãos, em especial das mulheres. Outro motivo, foi o clientelismo¹ como fator político-cultural que formou a elite local, e, sem deixar de citar, a desigualdade socioeconômica que como em tudo, também influencia na participação política.

Por isso, é importante possibilitar o pertencimento de gênero dessa minoria política dentro dos espaços decisórios para favorecer seu reconhecimento. Considerando dessa forma, a representação política para o reconhecimento se daria a partir do deslocamento de uma “política de ideias” para uma “política de presença” (Phillips, 1995;1998), ou seja, além das propostas, também é importante focar em quem as apresenta. Portanto, é importante compreender a relevância da presença feminina nessa arena para entender, entre outras coisas, se o pertencimento identitário, sendo ele físico e cultural, garante o compromisso com as demandas desse grupo. Para isso, este trabalho se baseará em levantamento de dados sobre as Deputadas Federais eleitas em 2018 e que foram reeleitas em 2022 com a intenção de refletir

¹ Segundo Edson Nunes em seu livro “A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático”, o clientelismo é um comportamento político e social, muito forte na República Velha, que é um padrão de troca social entre quem detém o poder político-decisório e os eleitores que os colocam nesta posição.

se a ocupação feminina de cargos na Câmara dos Deputados é suficiente para combater a sub-representação das mulheres nos campos político-decisórios.

Para tanto, faz-se necessário compreender a trajetória política e social das mulheres que ocupam o cargo de Deputadas Federais, tendo como ponto de partida uma pesquisa da trajetória que as formaram enquanto sujeitas, levando em conta suas origens, recursos adquiridos ou atualizados, carreiras e todos os mandatos que cumpriram até então. A partir disso, analisar como esses trunfos sociais e políticos as fizeram chegar até esse cargo, sendo reeleitas, bem como, de que forma isso influencia no exercício de suas funções. Nesse sentido, os trunfos sociais são as condicionantes sociais que as levaram para o espaço político predominantemente masculino.

A partir da análise de trajetórias dentro da Câmara dos Deputados, busca-se analisar quem são as deputadas federais reeleitas, nas eleições de 2022, e qual a importância da ocupação desse cargo por mulheres, abordando sua produção legislativa na apresentação de Projetos de Lei

Na literatura sobre democracia representativa, representação política, movimento feminista e elites, não é novidade um estudo que traga todos esses temas em razão de compreender a lógica de gênero dentro das esferas políticas decisórias. Análise sobre perfil de representantes, análise de caso, trajetórias políticas, trunfos sociais dentro do regime democrático representativo e em diferentes contextos históricos são feitas nesses tipos de estudos, como por exemplo o artigo de Cristina Altmann (2020) “As múltiplas bases de recursos sociais nos acessos do ‘feminino’ à câmara de deputados (1950-2015)” ou de Clara Araújo (2001) “As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais”, o que corrobora para mostrar a validade e importância desse tema. No entanto, seu ineditismo se dará pela atualização de dados sobre o assunto ao estudar as deputadas eleitas na penúltima e última legislaturas da Câmara dos Deputados (2019 e 2023), de forma a trazer possíveis diferenças ou estabilidades nos resultados das pesquisas feitas anteriormente, além de estudar um novo contexto político e seus projetos de leis propostos e aprovados. Por isso, trata-se de um trabalho importante para as Ciências Sociais, por trazer novos dados que poderão ser fonte de informação para basear futuros projetos de outros pesquisadores na área de representação, gênero e política ou de regime democrático.

Mais adiante, o tema não se faz necessário somente por estudar um contexto inédito e agregar mais dados e análises à questão da representatividade, mas também por ter como pano de fundo a própria democracia, que segundo alguns autores está passando por uma crise representativa (Luis Felipe Miguel, 2003). Ademais, não se trata só de gênero, mas da necessidade de uma abertura democrática de participação de outros grupos minoritários, inclusive será importante fazer recortes de raça dentro desse grupo, porque na verdade, o fato de as minorias políticas estarem, em certa medida, ausentes desses processos, atenta para uma falha no regime democrático representativo que está para além da dimensão eleitoral e de representação (Luis Felipe Miguel, 2003).

Sendo assim, o assunto representação política possui uma vasta literatura muito importante para se pensar o assunto de gênero e política. Em 2003, o cientista político brasileiro Luis Felipe Miguel escreveu em seu artigo “Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política.” sobre a democracia representativa. Para Miguel (2003), esse regime de governo estaria em crise de representação política devido a três motivos principais: declínio do comparecimento eleitoral (aumento nas abstenções durante as eleições de diversos países democráticos do mundo nas últimas três décadas, incluindo o Brasil), aumento da desconfiança em relação às instituições (legitimação das instituições em cheque devido a uma crise da percepção de se sentir representado no governo e no legislativo), e o esvaziamento dos partidos políticos (hoje os partidos políticos são os principais meios de representação política dentro das democracias, mas segundo o autor, estão esvaziados devido a burocratização das estruturas internas, da diminuição de opções políticas e pela influência da mídia na competição eleitoral).

Essa seria uma explicação para nos últimos 25 anos terem emergido propostas de mecanismos para revigorar as instituições, como por exemplo as cotas eleitorais para grupos minoritários como as mulheres. Tal atitude seria uma forma de reconhecer que as instituições atuais dão privilégios para elites políticas em detrimento do cidadão comum que não participa da maioria dos processos decisórios. Portanto, Luiz Felipe Miguel defende o pluralismo político, sendo ele a representação e expressão de todos, tendo a produção de regras sociais produzidas por aqueles que estão submetidos a elas. No entanto, segundo ele, a crise da representação política está para além das dimensões representativas, pois para haver uma sociedade civil organizada e o regime democrático funcionando bem, primeiro deveria haver condições materiais mínimas para todos, de forma que possibilite sua participação na política.

Em relação às cotas como mecanismo de revitalização das instituições, Clara Araújo (2001), aponta para um aumento na participação das mulheres nos parlamentos nas democracias ao redor do mundo, porém reforça que em alguns países as cotas tiveram efeito negativo para o status das mulheres, por serem vistas como um “empurrão” para que as mulheres consigam se eleger assim como os homens, o que reforça a ideia de que as mulheres precisariam da salvaguarda dos homens.

No Brasil, desde a implementação das cotas, não houve significativa mudança da quantidade de mulheres eleitas, no começo a esquerda elegia mais mulheres, com o passar do tempo o centro também aumentou essa quantidade, sendo a direita a que menos elegeu, e dentre essas mulheres, a maioria já possuíam laços de parentesco na política. (ARAÚJO, Clara, 2001)

É importante levar em consideração que quando Clara escreveu, havia poucos dados sobre o resultado da implementação das cotas, hoje em dia os números podem apontar resultados divergentes. Por fim, ela conclui que é preciso repensar os limites dessa proposta eleitoral, de forma a adequá-la ao contexto local e pensar em outras possibilidades de ação. Essa reflexão é importante para tentar entender, no estudo que será feito, o perfil das mulheres que se elegeram nas últimas duas eleições, nas 56^a e 57^a legislaturas.

Para contribuir com o estudo sobre a participação de mulheres enquanto representantes nas arenas político decisórias, as autoras clássicas sobre o tema serão basilares. Começando por Hanna Pitkin (2006), a autora desenvolve concepções de representação política, duas correntes principais dessa tipologia são a “representação descritiva” e “visão formalista”. A primeira diz que mais importante do que os representantes fazem, é quem eles são. A segunda, pelo contrário, refere-se à relação representante-representado, na qual o representado autoriza seus representantes a tomarem decisões por eles e também na prestação de contas que o representante deve fazer, chamado de *accountability*. Logo, o que diz se há maior representatividade, é o grau de responsabilização e prestação de contas dos eleitos, assim, ações seriam mais importantes do que as características dos eleitos ou os rótulos partidários.

No entanto, a autora Anna Phillips (2001), acredita que há uma demanda por inclusão política nos processos representativos e desafios de programar uma política que represente identidades, além de “ideias”, e que busque a inclusão das minorias sociais de modo participativo. Isto porque, a política de ideias não seria capaz de suprir a exclusão política,

porque a diversidade nesse tipo se mostra apenas em diferenças de interesses e opiniões. A política de presença também não seria capaz de suprir a exclusão política, porque a inclusão de pautas políticas não seria eficaz quando não acompanhada da inclusão de membros dos grupos referentes. Isso mostra que a representação perfeita não existe. Porém, para uma maior representação, Phillips defende uma união da política de ideias com a política de presença. Para ela, não se pode dissociar as duas políticas.

Iris Young (2006) vai de encontro com Phillips ao afirmar que não há representação perfeita, pois segundo ela, as minorias não são homogêneas, portanto, o representante não é um substituto ou espelho do seu representado, no entanto, fala por ele. Por isso, a representação seria uma conexão entre atores plurais. Para Young, para haver representação precisaria atender a três critérios que seriam a defesa de interesses, opiniões e perspectiva social dos representados. Por fim, para o processo de representação acontecer, o eleito não necessariamente deveria sentir a experiência do eleitor, mas deveria representá-lo através de seus interesses, opiniões e perspectivas.

Na Teoria da Representação Política de Nadia Urbinati (2006), a representação se trata de um processo, não se resume só a ação do voto, e para que ela seja democrática e legítima é importante a interação entre sociedade civil e agentes institucionais, visto que, assim como Young, ela acredita que representante não é substituto do representado. Para Urbinati (2006), atualmente, não há uma “crise de representação”, na verdade existiria um processo de transformação democrática (Phillips, 2001). A deliberação serviria como resolução de conflitos, pois o povo teria um “poder negativo” que combina as normas de comunicação deliberativa (reciprocidade e publicidade) com a representatividade do representante e que lhe possibilita que ele fiscalize seus legisladores eleitos. Para Nadia, o processo de autorização pelos eleitores é tão importante quanto o ato de votar e para isso, os partidos seriam um meio importante de representação, pois serviriam como filtro de candidatos que deveriam expulsar os que não condizem com a característica representativa do governo democrático e somente absorver aqueles que são.

Por fim, após entender melhor teorias sobre o funcionamento da democracia representativa e os processos de representação a partir desses autores, é preciso se pensar como essa representação se dá de fato na Câmara dos Deputados Federais no Brasil, no que se refere às mulheres ocupando esse espaço. Em seu artigo, Cristina Altmann (2020) analisa entre 1950 e 2015 parte do que buscarei entender neste trabalho, isto é, a trajetória social das

mulheres nos cargos de poder político, para verificar se de fato há representação de seus pares no Congresso, quem são essas mulheres, qual viés político elas defendem e se a presença delas possibilitou mais progressos ou retrocessos para essa minoria política.

Em seu artigo, Altmann observa que nas décadas de 80 e 90 a maioria das mulheres que ocupavam cargo na Câmara possuíam a herança política familiar como trunfo social, e estas estão alocadas em maior parte nos partidos à direita no espectro político ideológico, bem como se dedicam a pautas ligadas a projetos sociais e ONG's. Já as mulheres que têm vínculo com movimentos sociais estão mais concentradas em partidos da esquerda política, possuem recursos escolares e associativos como trunfo de participação.

É interessante destacar, que segundo Altmann (2020), mulheres de partidos diferentes possuindo vínculo de parentesco com políticos ou não, passaram a participar de conselhos municipais e estaduais, onde a maior parte dos nichos de atuação era voltado a temas como “crianças”, “assistência social”, “saúde”, temas do “cuidado” que foram atribuídos ao papel social de gênero feminino, fazendo parte do processo de divisão sexual do trabalho. Portanto, este artigo ajudará a interpretar os dados obtidos no sentido de entender a diferenciação de gênero que perpassa as relações no espaço político, além dos outros artigos científicos sobre representação que ajudarão a fundamentar as questões metodológicas deste trabalho.

2. METODOLOGIA

A partir do artigo de Cristina Altmann (2020), será feita uma pesquisa de reconstituição sociográfica e levantamento documental que possibilitará a caracterização dos atributos sociais das deputadas. Assim, para a realização deste trabalho serão analisadas fichas biográficas das parlamentares para um levantamento do perfil das deputadas que foram reeleitas na última eleição de 2022, pois esse estudo se concentrará apenas nas mulheres reeleitas. Isto porque, com pelo menos dois mandatos, elas já não são novatas na “política”, o que torna possível uma melhor análise de trajetórias políticas, visto que é um histórico mais extenso para se debruçar, além de que este trabalho não terá tempo de acompanhar grande parte da 57ª legislatura na qual as últimas eleitas atuarão. Ou seja, será feito um recorte de gênero e temporal de 2018 até 2023. Para tanto, foi usado o site da Câmara dos Deputados que é disponibilizado para consulta pública e o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

(CPDOC) da FGV (Fundação Getúlio Vargas), para fazer um estudo de caso e também montar gráficos e tabelas que irão sistematizar e possibilitar melhor visualização das informações.

Dessa maneira, as informações sobre as deputadas federais reeleitas que interessarão para esse estudo, serão no sentido de entender quais recursos e trunfos sociais essas mulheres possuem, como exemplo, filiação partidária, unidade federativa a qual representam, carreira, escolaridade, engajamentos associativos-sindicais, cor, laços matrimoniais e de filiação paterna. Dessa forma, será possível entender as variáveis condicionantes que as levaram para essa dimensão política, como os recursos e trunfos relacionados com a origem social ou que foram adquiridos, acumulados e atualizados com o tempo. Por fim, serão estudados os projetos de leis propostos por tais deputadas, com a intenção de compreender se a política de presença está associada à de ideias, como defendia Phillips (2001), ou seja, se além de participarem dos processos enquanto mulheres, também legislam levando em consideração agendas que beneficiam outras mulheres.

Com isso, a fim de entender como se desenvolvem as dinâmicas entre as mulheres de espectros políticos diferentes, foi preciso classificar os partidos quanto a sua posição ideológica, para isso foi usado o método apresentado no artigo “Mulheres eleitas e capital político familiar na Câmara dos Deputados: uma análise da 56ª legislatura (2019-2023)” de Mayra Goulart da Silva, et al, o qual combinou metodologias desenvolvidas por André Borges (apud Biroli & Avritzer, 2020), a categorização realizada por Vladimyr Jorge, Alessandra Maia Terra de Faria e Mayra Goulart da Silva (2020)², e uma survey realizada pelo Estadão a qual questionou as deputadas eleitas em 2018 sobre seu perfil ideológico como forma de traçar uma classificação. Dividir o grupo de mulheres em subcategorias de posicionamento político para analisar outras questões como raça/cor, estado civil, trunfos sociais, temas mais propostos em projetos de leis, quantidade de PLs aprovados e reprovados, foi importante para

² De acordo com a cientista política Mayra Goulart (2020), o pensador André Borges concebeu a ideologia dos partidos políticos no Brasil, utilizando como fonte o banco de dados V-Party (V-DEM) 2018. Esse banco de dados é resultado de um levantamento realizado com especialistas do Brazilian Legislative Survey (BLS) 2017, que se fundamenta na autodefinição das legisladoras. Além disso, Borges utilizou o Political Representation, Executives, and Political Parties Survey (PREPPS) 2019, outro levantamento com especialistas, reclassificando a pontuação do BLS em uma escala de 20 pontos, semelhante ao PREPPS. Nessa escala, a extrema-esquerda é atribuída a 1, enquanto a extrema-direita é equivalente a 20 pontos.

Adicionalmente, a pesquisa incorporou a categorização elaborada por Vladimyr Jorge, Alessandra Maia Terra de Faria e Mayra Goulart da Silva (2020). Esses autores estimaram a posição ideológica dos partidos políticos com base nos programas de governo das coligações ou dos partidos com candidatos nas eleições presidenciais entre 1989 e 2018.

entender como espectro ideológico político-partidário pode influenciar e causar diferenças dentro de um mesmo grupo posicionado de forma heterogênea.

3. RESULTADOS

Em busca de definir o perfil das deputadas federais reeleitas nas 56^a e 57^a legislaturas, serão analisadas nesta seção características que as constituem, como raça, nível de escolaridade, estado civil, posicionamento ideológico, carreira política, além dos temas dos Projetos de Lei que elas mais propõem como forma de entender suas agendas políticas e seus interesses.

Sendo assim, é importante pontuar que as investigações e dados levantados foram coletados até o primeiro semestre de 2023, o que implica que o banco de dados montado para a realização desta pesquisa não tem informação do segundo semestre de 2023, e por isso, os números não levam em conta acontecimentos mais recentes. No mais, os dados colhidos são brutos advindos do sistema de busca e de filtros do site da Câmara dos Deputados.

3.1 PERFIL DAS DEPUTADAS REELEITAS

De acordo com a cientista política Marion Young (2006), a representação política cria um vínculo entre representante e representado, no qual o primeiro leva as reivindicações do segundo. De acordo com ela, existem três formas que uma pessoa pode ser representada, são elas: os interesses (meio para atingir metas que agentes desejam), opiniões (crenças) e perspectivas (modo de ver as coisas).

Posto isto, será importante definir o perfil das deputadas federais reeleitas para a partir disso compreender quem são essas mulheres que estão ocupando parte da bancada feminina, quais são suas características físicas, suas trajetórias sociais, políticas, suas perspectivas, etc. Para dessa forma, entender como se dá essa representação política.

Tabela 1

Posicionamento ideológico político-partidário

| Posicionamento Ideológico | Quant | % |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|
| Esquerda (PCdoB, PDT, PSB, PSOL, PT) | 16 | 45,7% |
| Centro (CIDADANIA, PODE, PROS, PTB, PV, REDE) | 2 | 5,70% |
| Direita (AVANTE, DEM, MDB, NOVO, PL, PP, PSD, PSDB, PSL, REPUBLICANOS, SOLIDARIEDADE) | 17 | 48,6% |
| Total | 35 | 100% |

Fonte: Elaboração própria

Na Tabela 1 é possível identificar que de um universo de 35 mulheres eleitas na 56ª legislatura para Câmara dos Deputados e reeleita para a 57ª legislatura, 16 delas, ou 45,70%, compõem a esquerda política. Os números não são muito diferentes para as que se posicionam à direita, são 17 mulheres, ou 48,60%. Já as que estão ao centro do espectro político-partidário, são apenas duas, ou 5,70%. Isso mostra que, teoricamente, dentro desta situação a força política das reeleitas entre os partidos de esquerda e direita estão em equilíbrio, pois, conseguiram reeleger praticamente o mesmo número de mulheres. No entanto, quando analisado o número geral de eleitas para a 57ª legislatura, é possível perceber que a direita se saiu melhor na eleição, porque elegeu 54 mulheres (60%), enquanto a esquerda, apenas 33 (40%). No geral, da eleição anterior para a seguinte, houve um aumento de quase 3% na bancada feminina da Câmara dos Deputados, aumentando a representatividade feminina, no entanto, não quer dizer que haverá uma aliança das mulheres em prol de suas semelhantes, visto que, as diferenças ideológicas são explícitas entre progressistas e conservadoras.

Tabela 2

Raça/Cor x Posicionamento ideológico político-partidário

| Cor/Raça | Esquerda | | Centro | | Direita | | Total | |
|----------|----------|--------|--------|------|---------|--------|-------|--------|
| | Quant | % | Quant | % | Quant | % | Quant | % |
| Branca | 13 | 81,25% | 2 | 100% | 13 | 76,40% | 28 | 80% |
| Indígena | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Parda | 1 | 6,25% | 0 | 0% | 2 | 11,80% | 3 | 8,5% |
| Preta | 2 | 12,50% | 0 | 0% | 2 | 11,80% | 4 | 11,50% |
| Total | 16 | 100% | 2 | 100% | 17 | 100% | 35 | 100% |

Fonte: Elaboração própria

Em congruência com os dados encontrados na Tabela 2, é importante destacar que 80% da bancada feminina reeleita é composta por mulheres brancas, sendo quase 20% pretas e pardas e nenhuma mulher indígena entre as reeleitas. Chama a atenção que mesmo que o viés político de esquerda seja progressista e levante pautas raciais, a diferença da variável raça para as reeleitas de direita é menor. Isso mostra que o discurso existe, mas a prática, neste caso, não o corrobora. Nesse sentido, é importante destacar que apesar da população negra representar 56% da população do país, só ocupam 26% das cadeiras da Câmara dos Deputados³, sendo 18% composta por mulheres. Revisitando a teoria da política de presença e de ideias de Phillips (2001), é possível observar que a representação substantiva aliada a descritiva é um poderoso recurso para que as minorias políticas sejam representadas, mas uma dissociada da outra não gera os resultados esperados. Por isso, segundo Campos e Machado (2023), dentro de uma sociedade democrática é indispensável a presença paritária de quem está marginalizado no campo político decisório, isto porque, torna a sociedade mais democrática e, quando engajados em agendas dos direitos sociais, podem reduzir as mazelas sociais que os atingem.

³ Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2022/10/04/pretos-e-pardos-na-camara-dos-deputados-negros-ocupar-ao-afenas-das-26-cadeiras>. Acesso em: 6 out. 2023

Tabela 3
Ensino Superior x Gênero

| Ensino Superior | Mulheres | | Homens | | Total | |
|-----------------|----------|------|--------|--------|-------|--------|
| | Quant | % | Quant | % | Quant | % |
| SIM | 34 | 97% | 211 | 81,00% | 245 | 83,00% |
| NÃO | 1 | 3% | 49 | 19% | 50 | 17,00% |
| Total | 35 | 100% | 260 | 100% | 295 | 100% |

Fonte: Elaboração própria

De 294 Deputados Federais reeleitos, 260 são homens e 35 são mulheres. Desses 260 homens, 49 não chegam a ter Ensino Superior completo, o que está em torno de 18,85% dos homens. Já entre as 35 mulheres, 1 não chega a ter Ensino Superior completo, o que gira em torno de 2,85% das mulheres. Com exceção de Magda Mofatto (PL), que possui apenas Ensino Médio completo, todas as mulheres Deputadas Federais reeleitas têm como grau de instrução o Ensino Superior completo. Mesmo que as estatísticas sejam difíceis de comparar devido ao tamanho da amostra de cada variável, é possível perceber que para que as mulheres cheguem em cargos elevados no campo político brasileiro, é desejável que tenham um nível de escolaridade maior, visto que, o pano de fundo que se desenha é o de um país em que para o homem cis, branco e hétero as oportunidades são mais amplas e acessíveis, portanto, mesmo com baixo nível de escolaridade existem outros recursos dispostos por eles que os permitem chegar em cargos mais altos da arena política, enquanto para as mulheres, é preciso que detenham maior diversificação de recursos sociais possível para serem usados como trunfos sociais de legitimação. (ALTMANN, 2020)

Tabela 4

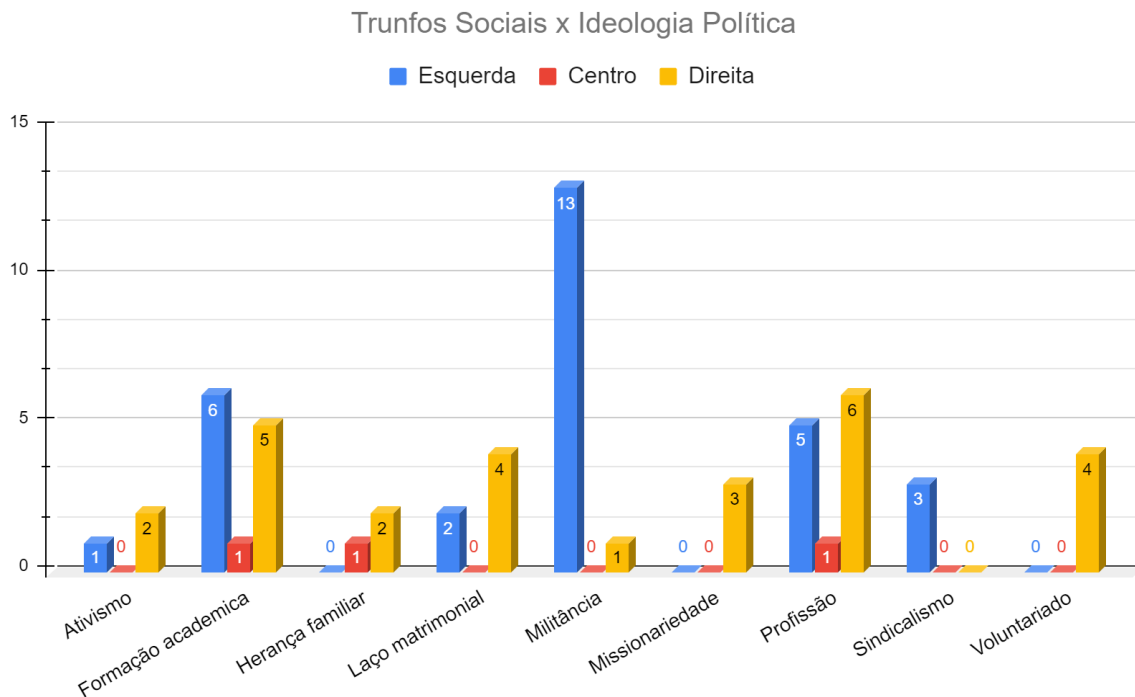
Estado Civil x Posicionamento ideológico político-partidário

| Estado Civil | Esquerda | | Centro | | Direita | | Total | |
|--------------|----------|--------|--------|------|---------|--------|-------|--------|
| | Quant | % | Quant | % | Quant | % | Quant | % |
| Casada | 4 | 25% | 1 | 50% | 9 | 53% | 14 | 40% |
| Divorciada | 6 | 38% | 0 | 0% | 2 | 11,76% | 8 | 23,53% |
| Solteira | 6 | 37,50% | 1 | 50% | 4 | 23,50% | 11 | 32,35% |
| Viúva | 0 | 0,00% | 0 | 0% | 2 | 11,76% | 2 | 5,89% |
| Total | 16 | 100% | 2 | 100% | 17 | 100% | 35 | 100% |

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 4 sobre Estado Civil mostra que a maioria das mulheres reeleitas são casadas (40%), e em segundo lugar solteiras (32,35%). A seguir estão as divorciadas (23,53%) e em menor número as viúvas (5,89%). As parlamentares posicionadas ideologicamente no campo político-partidário de direita representam a maioria das casadas (53%), as de centro (50%) e de esquerda (25%). A maioria das mulheres de esquerda são solteiras ou divorciadas (76%). Tais dados podem apontar para a predominância de um modelo familiar convencional das deputadas de direita, visto que, os conservadores prezam pela “família tradicional”, ou o modelo heteronormativo composto por um casal e filhos.

Gráfico 1



Elaboração Própria

O Gráfico 1 foi construído a partir de análise biográfica dessas parlamentares considerando quais recursos foram utilizados no caminho das deputadas até começarem a carreira política, por isso a soma dos trunfos sociais é maior que o número de deputadas reeleitas, porque cada uma delas pode ter mais de um recurso.

Ao observar o gráfico, pode-se validar os argumentos de Cristina Altmann (2020) sobre trunfos sociais, isso porque, segundo ela, as deputadas de direita geralmente iniciam a trajetória na política por meio da herança familiar (algum familiar já teve ou tem cargos políticos), do laço matrimonial (quando o conjuge tinha/tem carreira política) ou através de algum trabalho voluntário em ONG's, instituições beneficentes, projetos sociais, etc. Enquanto as de esquerda, teriam sua carreira política ligada à militância política, sindicalismo e recursos escolares. Essa tese se confirma ao analisar o gráfico, pois os números mostram que as deputadas de direita dispõem mais dos trunfos do ativismo, da herança familiar, do laço matrimonial, do voluntariado em projetos sociais e até mesmo da missionariedade, visto que, a religião está mais presente nos discursos da direita. Já as de esquerda utilizaram da

formação acadêmica, da militância e do sindicalismo para ingressar nas arenas político-decisórias. As deputadas de centro, como o nome diz, se mantêm no meio termo, pois têm características dos dois lados, como formação acadêmica, herança familiar e profissão.

Além disso, é importante observar que em 2001, Clara Araújo escreveu que desde a implementação de cotas os números de mulheres eleitas não tinha aumentado muito, porque a esquerda elegia mais mulheres, em seguida o centro e por último a direita (elegia mulheres que em maioria já possuíam laços de parentesco na política), mas este estudo mostra que esses fatos mudaram um pouco. Isto, porque atualmente as mulheres de direita têm ocupado mais cadeiras no parlamento, e apesar de ainda herdarem trunfos de parentesco, esse número é pequeno diante das congressistas que iniciaram a carreira política devido a formação acadêmica. No entanto, também é necessário entender o cenário atual que envolve polarização política e força da extrema direita.

Assim sendo, é possível caracterizar as deputadas federais que estão no poder de 2019 até o primeiro semestre de 2023. A partir de dados levantados e estatísticas, foi possível concluir analisando as tabelas e gráficos que a bancada feminina reeleita da Câmara dos Deputados dentro do período estudado é composta por mulheres majoritariamente de direita, brancas, casadas, com altos níveis de escolarização e militantes. Não é uma bancada diversa, a maioria das mulheres é branca, cis e possui relações heteronormativas, o que limita experiências de vida plurais e interesses. No entanto, não significa que as perspectivas e crenças não possam ser as mesmas, pois bons legisladores precisam ter a compreensão de que há outros tipos de pessoas que dependem de que eles, que têm o poder político-decisório nas mãos, também governem se preocupando com os interesses de seus eleitores.

3.2 PROJETOS DE LEI

Tendo em mente o perfil das mulheres que ocupam as cadeiras da Câmara dos Deputados, também será importante conhecer os nomes dessas deputadas, entender mais profundamente como a ideologia política afeta no trabalho delas e observar se a política de presença está aliada a política de ideias, em vista de que, segundo Phillips (2001) uma maior representação política envolve uma união da política de ideias com a política de presença. Para isso, serão analisados os temas dos projetos de lei propostos por elas.

Tabela 5

Projetos de Lei x Posicionamento ideológico político-partidário

| PLs | Aprovados | | Não aprovados | | Total | |
|-----------------|-----------|------|---------------|------|-------|------|
| | Quant | % | Quant | % | Quant | % |
| Esquerda | 178 | 72% | 3635 | 70% | 3813 | 70% |
| Centro | 15 | 06% | 398 | 07% | 413 | 07% |
| Direita | 53 | 22% | 1186 | 23% | 1239 | 23% |
| Total propostos | 246 | 100% | 5219 | 100% | 5465 | 100% |

Fonte: Elaboração própria

As Deputadas Federais que mais apresentaram e aprovaram projetos de lei no Brasil entre as 56^a e 57^a legislaturas são de esquerda e petistas. Por outro lado, as Deputadas Federais que menos apresentaram e aprovaram projetos de lei no Brasil entre as 56^a e 57^a legislaturas são de direita (MDB, REPUBLICANOS, PL e UNIÃO). Segundo Altmann (2020), as mulheres de esquerda costumam ingressar na arena político-decisória por meio de associações, movimentos sociais, grupos sindicais e dessa forma, são personalidades que estão acostumadas ao “fazer político” e a militar pelas “bandeiras” que defendem. Por outro lado, as mulheres dos partidos posicionados à direita do espectro político decisório, têm sua aproximação do campo político através de laços familiares herdados em sua maioria de homens, sejam pais, irmãos maridos, tios, etc, que teriam a intenção de ampliar seu patrimônio político e familiar:

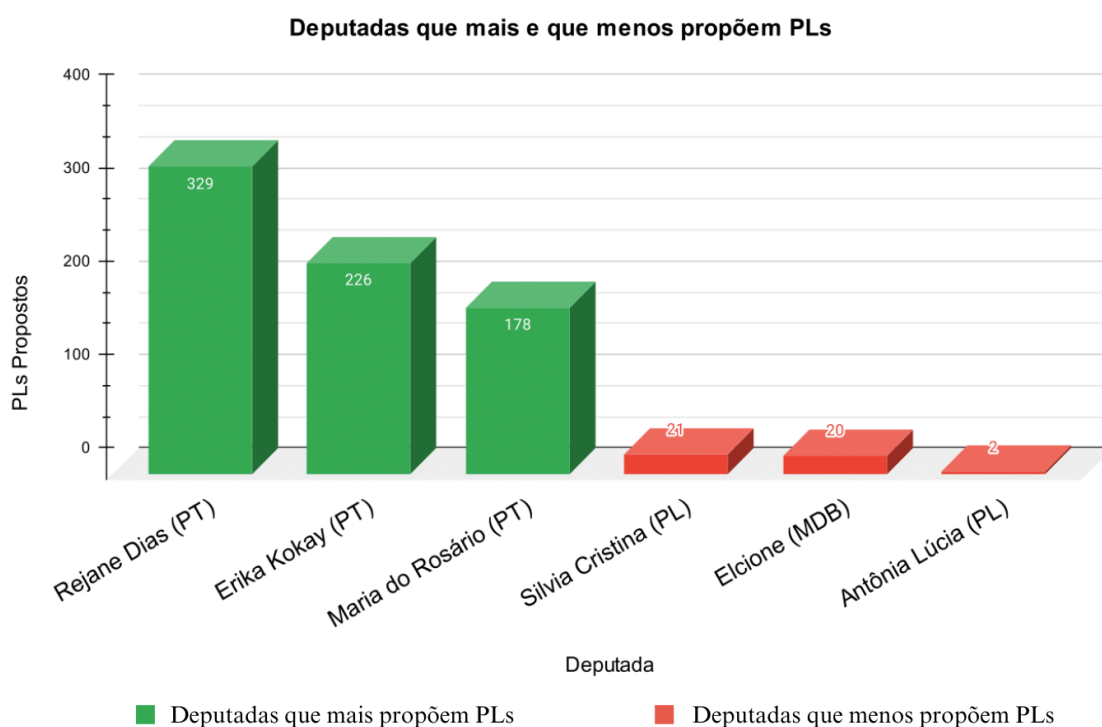
O gênero é, então, entendido como ‘(...) um recurso a mais – um plus – para a ampliação do poder político do grupo familiar, quando associado às estratégias de parentesco. (MONTEIRO & ALMEIDA, 2016, p. 510 *apud* GOULART et al., 2020, p. 10).

Isso explicaria o menor engajamento das mulheres de direita, no entanto, é indispensável considerá-las como donas de suas próprias vontades, não apenas como

fantoches nas mãos dos que possuem maior capital político, como são os homens. (GOULART et al, 2023)

Assim sendo, quando comparado os números de projetos propostos a configuração de um ranking para as que mais propõem seria: 1º Rejane Dias com 329 PLs (PT); 2º Erika Kokay com 226 PLs (PT); e 3º Maria do Rosário com 178 PLs (PT). Em relação às que menos propuseram PLs, a configuração ficaria: 1º Antônia Lúcia com dois PLs (Republicanos); 2º Elcione com 20 PLs (MDB); 3º Silvia Cristina com 21 PLs (PL), como é possível ver no gráfico 2.

Gráfico 2

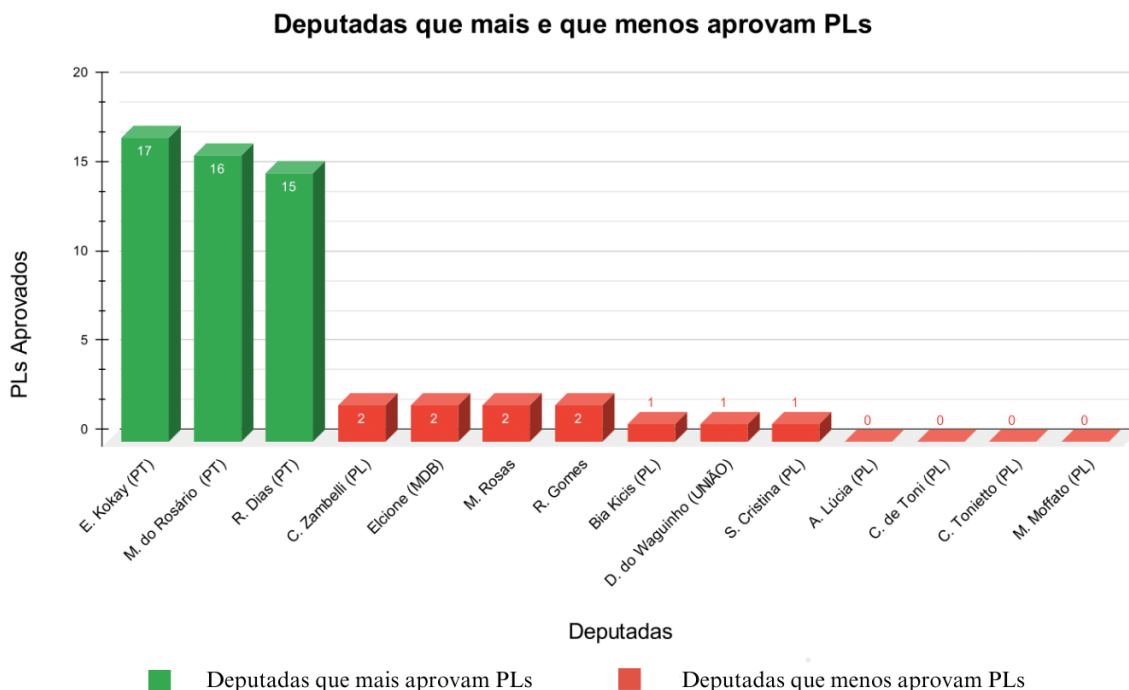


Fonte: Elaboração própria

Já sobre as que mais aprovam, as deputadas são as mesmas que mais propõe, porém a ordem muda, sendo ela: 1º Erika Kokay com 17 PLs (PT); 2º Maria do Rosário com 16 PLs (PT); e 3º Rejane Dias com 15 PLs (PT). Sobre as que menos aprovam, a lista aumenta um pouco, em ordem alfabética o ranking ficaria assim: 1º Antônia Lúcia (Republicanos), Carol de Toni (PL), Chris Tonietto (PL) e Magda Mofatto (PL) com zero aprovações; em 2º Bia Kicis (PL), Daniela do Waguiho (UNIÃO), Silvia Cristina (PL) com uma aprovação cada;

em 3º Carla Zambelli (PL), Elcione (MDB), Maria Roas (Republicanos), Rosângela Gomes (Republicanos) com duas aprovações cada, como é possível perceber pelo Gráfico 3 abaixo:

Gráfico 3

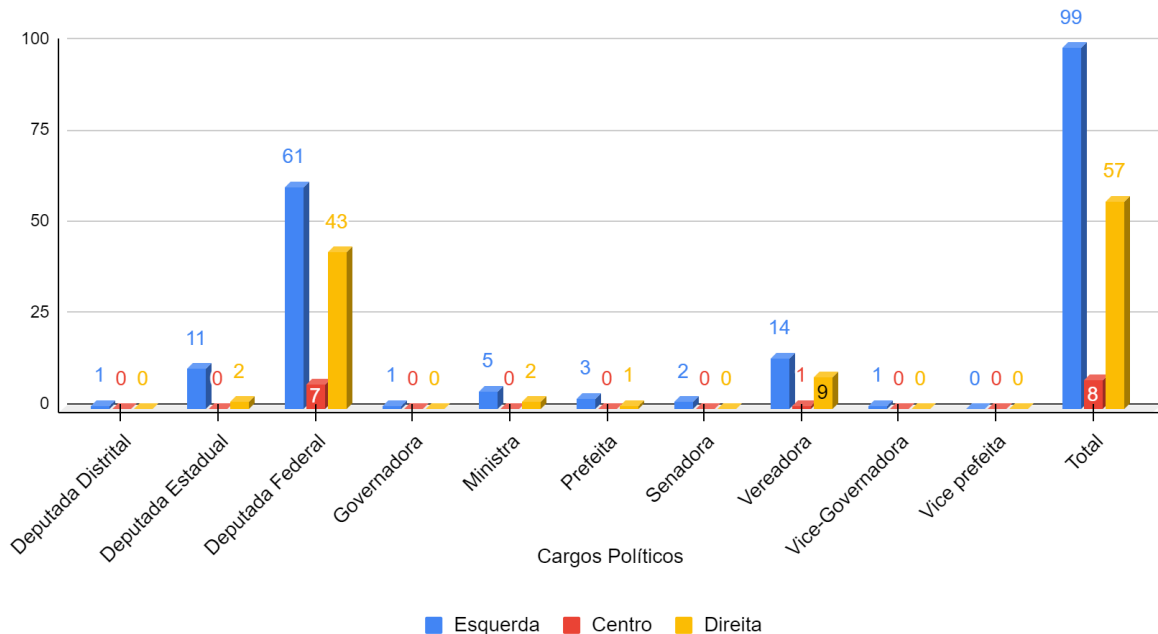


Fonte: Elaboração própria

Sendo assim, é possível comprovar a hipótese de que os representantes dos partidos do espectro político de esquerda são mais engajados no processo político, portanto, aprovam mais projetos, porque propõem mais. Não é possível afirmar que a maioria são projetos destinados às minorias políticas e sociais as quais elas representam, visto que, este trabalho não se propõe a analisar cada projeto de lei proposto por cada deputada reeleita. No entanto, a partir da leitura de grande parte dos projetos, dos perfis das deputadas e das pautas que elas defendem, é possível inferir que em maioria são progressistas. Além disso, cabe destacar que a carreira política dessas deputadas também explica maior ou menor engajamento, como mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4

Cargos Políticos x Ideologia Política



Elaboração própria

Neste gráfico, é notável que as deputadas reeleitas de esquerda possuem mais experiência na carreira política, dado que, são as únicas que já foram deputada distrital, governadora, senadora, vice-prefeita, e a maioria que já ocupou cargos como de deputada estadual, deputada federal, ministra, prefeita, senadora e vereadora. Nesse sentido, a trajetória política mais consolidada favorece maior conhecimento do trâmite burocrático, experiência no legislativo, contato com os eleitores e grupos ativistas e maior influência no campo político decisório, o que também pode explicar a quantidade mais alta de projetos aprovados pelas deputadas dos partidos de esquerda.

Algo também a se considerar para a quantidade de novatas é a leva de políticos que entraram na eleição de 2018, no bojo conservador, por influência do ex-presidente Jair Bolsonaro, que se elegeu como candidato do PSL. O então partido que nomeou o presidente em 2018, também foi a legenda que mais elegeu deputados federais em comparação com a eleição de 2014, aumentando de uma cadeira para cinquenta e duas⁴. Posteriormente, nas

⁴ Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/pt-perde-deputado-s-mas-ainda-tem-maior-bancada-da-camara-psl-de-bolsonaro-ganha-52-representantes.ghtml>.

Acesso em 29 nov 2023.

eleições de 2022, Bolsonaro se candidatou pela legenda do PL e novamente fez seu partido ser a maior bancada da Câmara, mesmo que não tenha sido eleito dessa vez. Portanto, a maioria das deputadas pertencentes a partidos posicionados à direita do espectro político, se elegeram para um cargo político pela primeira vez na eleição de 2018, começando em uma posição alta para um parlamentar iniciante.

Esse é o caso de várias das deputadas, como Adriana Ventura (NOVO), Bia Kicis (PL), Carla Zambelli (PL), Carol de Toni (PL), Chris Tonietto (PL), Daniela do Waguinho (UNIÃO), Luísa Canziani (PSD) - deputada mais jovem da 57ª legislatura - Maria Rosas (Republicanos) e Rosana Valle (PL). No entanto, Adriana Ventura é um exemplo de deputada que iniciou sua carreira na Câmara e propõe um número acima da média de PLs apresentados pelas reeleitas, em comparação com Magda Mofatto (PL), por exemplo, que já foi vereadora duas vezes, deputada estadual, prefeita e deputada federal quatro vezes, mas apresentou uma quantidade de projetos bem inferior à média e até mesmo a quantidade apresentada por todas as novatas citadas anteriormente.

Em contrapartida, Tabata Amaral (PDT), também estreante na política como deputada federal em 2018, possui uma quantidade de projetos propostos acima da média e mais de 80% dos projetos aprovados, o que mostra que além dos outros fatores, também há uma falta de disposição das deputadas de direita no engajamento político que não seja só no sentido de incitação dos eleitores através de discursos, mas também de trabalho realizado, como será abordado mais a frente. Dessa maneira, entende-se que existe um conjunto de motivos para que as deputadas reeleitas de direita proponham e aprovem pouco, sendo eles

a) tendência da direita a não ser tão engajada no processo político comparada a esquerda, visto que, na maioria das vezes as parlamentares de direita têm sua aproximação do campo político através de laços familiares herdados, enquanto da esquerda por meio de grupos sindicais, ativistas, associações e movimentos sociais;

b) a carreira política que ainda não é consolidada;

c) pouca disposição para o trabalho interno.

Tabela 6

Temas dos Projetos de Lei x Posicionamento ideológico político-partidário

| Temas | Esquerda | | Centro | | Direita | | Total | |
|-------------------------------------|---------------|---------|---------------|---------|---------------|---------|---------------|---------|
| | PLs propostos | % | PLs propostos | % | PLs propostos | % | PLs propostos | % |
| Direitos Humanos | 659 | 20,89% | 89 | 25,65% | 225 | 21,74% | 1038 | 22,06% |
| Educação, cultura, esporte | 386 | 12,23% | 13 | 3,75% | 94 | 9,08% | 493 | 10,48% |
| Política e Administração Pública | 916 | 29,03% | 122 | 35,16% | 353 | 34,11% | 1444 | 30,70% |
| Saúde | 530 | 16,80% | 68 | 19,60% | 129 | 12,46% | 777 | 16,50% |
| Segurança | 252 | 7,99% | 30 | 8,65% | 145 | 14,01% | 427 | 9,08% |
| Trabalho, previdência e assistência | 412 | 13,06% | 25 | 7,20% | 89 | 8,60% | 526 | 11,18% |
| Total | 3155 | 100,00% | 347 | 100,00% | 1035 | 100,00% | 4705 | 100,00% |

Fonte: Elaboração própria

Segundo a Tabela 6, os três temas em que mais são apresentados projetos de lei são: “Política e Administração Pública” (1444 PLs), “Direitos Humanos” (1038 PLs), e “Saúde” (777 PLs). Os três temas em que menos são apresentados projetos de lei são: “Relações exteriores” (19 PLs), “Consumidor” (47 PLs), “Meio Ambiente e Energia” (55 PLs). Algumas hipóteses podem ser levantadas analisando primeiramente o contexto em que esses projetos foram escritos. Em 2020 o mundo passava pela pandemia da Covid-19, e o Brasil passou por emergências ligadas à saúde pública, que logo também se tornaram sociais, políticas e econômicas. Por esse motivo, dentro do período analisado o ano de 2020 foi o que mais foram propostos projetos de lei.

No entanto, enquanto se instaurava um caos mundial, o Governo Federal presidido por Jair Bolsonaro ia na contramão das orientações dadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela ciência no geral, além da falta de coordenação nacional entre os diferentes níveis de governo, o que dificultou ainda mais a vida dos brasileiros, e fez com que o legislativo precisasse trabalhar mais. Levando em consideração ainda as questões supracitadas

sobre formas de ingresso na carreira política, é possível perceber que as mulheres de direita e centro propõem menos PLs, mas outras questões também podem ter implicado para esses números, a de que grande parte da direita estava alinhada com as decisões do até então presidente que se elegeu filiado ao Partido Social Liberal (PSL), um partido conservador.

Sobre os assuntos dos PLs propostos, é possível ainda analisar sob a ótica do processo da divisão sexual do trabalho. Essa lógica pode ser entendida como uma forma de dividir o trabalho a partir das relações sociais de sexo tradicionalmente relacionada a cada sociedade. Dessa forma, os homens foram destinados socialmente para atividades produtivas e mulheres reprodutivas, o que implica em divisão e hierarquização dos gêneros (KERGOAT, 2009). Portanto, as atividades relacionadas ao cuidado foram ligadas ao feminino, talvez isso explique a maioria dos projetos de lei propostos pelas parlamentares serem sobre direitos humanos, educação, saúde e em menor medida à relações exteriores, direitos do consumidor, meio ambiente e agropecuária. Segundo Altmann, as reproduções da lógica da divisão sexual do trabalho influenciam nas práticas políticas, mas mesmo assim é possível ver uma evolução quando assuntos como “Política e Administração Pública” e “Trabalho, Previdência e Assistência” também estão em alta nos projetos em que as mulheres mais se empenham em escrever, até porque, são assuntos que as interessam enquanto deputadas.

Além disso, é interessante observar que mesmo que em todos os temas a direita perca para a esquerda em questão de números de projetos propostos, no assunto “Segurança” a diferença é menor. É possível que uma explicação para esse fator se dê pelo interesse dos grupos posicionados à direita do espectro político-partidário no tema da segurança pública, principalmente no que diz respeito ao armamentismo, política de drogas, antiaborto e investimento nos órgãos de segurança pública como as Forças Armadas.

Com isso, é possível adicionar mais camadas ao perfil das parlamentares, pois é sabido que as deputadas de direita são menos engajadas, possuem mais vínculos familiares e matrimoniais na política e que possuem menos experiência na carreira política. Em relação às de esquerda, fica perceptível que estão mais ativas na atividade legislativa, a maioria é militante e possuem mais experiência na trajetória política. Sobre as de centro, é difícil ter um parecer geral pelo tamanho da amostra que se dedicam, mas no geral é possível concluir que todas se preocupam mais com os temas de “Política e Administração Pública”, “Direitos Humanos” e “Saúde”.

3.3 PROJETOS DE LEI QUANDO O ASSUNTO É “MULHER”

Após o estudo reunindo as informações da Câmara dos Deputados pesquisando pela palavra “mulher” dentro da categoria PL, com o filtro “em tramitação”, foram encontrados 466 resultados sendo em 2019 o total de 322 resultados; em 2020, 405; em 2021, 241; em 2022, 241; e em 2023, 546 resultados. A escolha da palavra “mulher” se deu, porque é a palavra usada em todos os PLs que precisam tratar desse tema, outras palavras como “gênero”, “sexo”, etc nem sempre falavam sobre questões especificamente femininas, que, por outro lado, na maioria das vezes estavam dentro da categoria mulher. Os PLs que continham a palavra “mulher”, mas não se referiam necessariamente à questão de gênero, não foram considerados. Desses resultados, foram cogitados apenas os PLs que tivessem como primeiro(a) autor(a) as deputadas reeleitas estudadas neste trabalho, a fim de otimizar o estudo.

Tabela 7

Deputadas federais eleitas em 2018 e 2022:

Temas dos PLs em “mulher” x Posicionamento ideológico político-partidário

| | Esquerda | Centro | Direita | Total |
|--------------------------------------------|-----------------|---------------|----------------|--------------|
| Agropecuária | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Cidades e transportes | 4 | 0 | 2 | 6 |
| Ciência, Tecnologia e Comunicação | 1 | 1 | 1 | 3 |
| Consumidor | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Direitos Humanos | 84 | 16 | 36 | 136 |
| Economia | 6 | 1 | 1 | 8 |
| Educação, Cultura e Esportes | 10 | 0 | 5 | 15 |
| Meio Ambiente e Energia | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Política e administração pública | 45 | 9 | 18 | 72 |
| Relações exteriores | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Saúde | 19 | 1 | 4 | 24 |
| Segurança | 17 | 10 | 16 | 43 |
| Trabalho, Previdência e Assistência | 36 | 2 | 7 | 45 |
| Total | 223 | 40 | 90 | 353 |

Elaboração própria

Dessa maneira, os resultados obtidos mostram que de um total de 1980 PLs propostos sobre o tema “mulher” de 2019 a 2023, 248 foram escritos pelas mulheres reeleitas. Sendo 161 PLs escritos por deputadas de esquerda, 52 PLs por deputadas de direita e 35 PLs por deputadas de centro. Lembrando que as parlamentares em maioria são de direita e em minoria

são de esquerda, o que novamente comprova a concepção de que a direita política é menos engajada e apresenta menos projetos.

Além disso, do total de 5218 PLs propostos, 352 eram sobre o assunto “mulher”, mais ou menos 6,8% do total, é um número baixo, mas é importante lembrar que as parlamentares não estão trabalhando só para defender os temas referentes ao grupo que representam, pois elas também têm suas agendas individuais.

A Tabela 7, representa quantos PLs foram propostos pelas parlamentares reeleitas em cada tema e referente a cada posicionamento ideológico político-partidário que elas defendem. Dessa maneira, ao usar o mecanismo de pesquisa do site da Câmara dos Deputados por tema, ano, pesquisando pela palavra “mulher” e pela categoria “em tramitação” (os PLs que não estão em tramitação ou já foram aprovados e são poucos ou engavetados e por isso não são relevantes), foi possível chegar a esses números que são diferentes dos descritos anteriormente. Isso ocorreu, porque alguns PLs que se enquadram em mais de uma modalidade estão repetidos, e pelo motivo de os PLS de 2023 surpreendentemente não apareceram na busca por tema, como aconteceu com os anos anteriores.

Nesse contexto, essa tabela se difere da de número 6, porque na primeira consta todos os PLs propostos dentro de cada tema (aquelas que foram mais ou menos propostos), já na segunda, apenas os PLs que constavam a pauta da mulher. Essa nova tabela foi feita com a intenção de comparar quanto do número total de cada tema era destinado à pauta da mulher, e compreender o assunto que os PLs tratavam, para também analisar em que medida eles beneficiam o grupo-alvo desses projetos. Dessa forma, analisando ambas as tabelas, identifica-se que os assuntos em que mais PLs eram propostos continuam os mesmos, sendo que “Direitos Humanos” e “Política e Administração Pública” continuam com maior relevância, mas “Saúde” já não aparece tanto quanto “Trabalho, Previdência e Assistência” e “Segurança”.

A partir de uma coleta e análise das ementas dos PLs, foi notado que a maioria das ementas trata sobre violência contra a mulher, esse assunto entra em diversos dos temas já citados e é realmente um assunto urgente, pois as estatísticas mostram que o número de todos os tipos de violência contra mulher é muito alto e raramente sofre diminuição⁵. Com isso, a

⁵ Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/20/casos-de-violencia-contramulher-crianca-e-adolescente-crescem-no-brasil-em-2022-mostra-anuario.ghtml>. Acesso em 01 nov. 2023

maioria das ementas fala sobre reparação de danos, alteração do código penal, segurança e acolhimento para mulheres vítimas de violência e para evitar novas vítimas. Nesse aspecto, tanto as congressistas de centro, quanto as de direita e as de esquerda parecem ser unânimes na preocupação com a segurança das mulheres, no entanto outros temas mais polêmicos encontram divergência, como por exemplo, o aborto e cotas eleitorais de gênero.

A deputada Sâmia Bomfim (PSOL) propôs no “PL 4297/2020” a seguinte ementa: “Dispõe sobre a criação de zona de proteção no entorno dos estabelecimentos de saúde que prestam o serviço de aborto legal e serviços que prestam atendimento especializado a mulheres vítimas de violência sexual.” (BOMFIM, S. et al., 2020). O PL tem a intenção de proteger as mulheres que passarão por um aborto.

Já Chris Tonietto (PL) propôs no "PL 1945/2020" a ementa: “Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para fins de inclusão de causa de aumento de pena em caso de aborto realizado em razão de microcefalia ou qualquer outra anomalia ou malformação do feto.” (TONIETTO, C. et al, 2020). No inteiro teor do PL, a deputada diz que a ação de abortar em caso de microcefalia, anomalia ou malformação do feto é a legalização da prática de eugenia assegurada à mulher gestante. Também sobre crianças nascidas com má formação Natália Bonavides (PT) propõe o "PL 2509/2019" com a ementa:

Altera o art. 18 da Lei nº 13.301 de 26 de junho de 2016, para garantir o acesso ao benefício de prestação continuada da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993 por crianças e adolescentes vítimas de microcefalia, síndrome congênita do zika ou outras alterações no crescimento e desenvolvimento relacionadas a etiologias infecciosas transmitidas pelo *Aedes aegypti* e dá outras providências. (BONAVIDES, N. et al, 2019)

Ainda sobre o aborto, a deputada Carla Zambelli (PL) no "PL 232/2021" propôs:

Altera o inciso IV do artigo 3º da lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, para tornar obrigatória a apresentação de Boletim de Ocorrência com exame de corpo de delito positivo que ateste a veracidade do estupro, para realização de aborto decorrente de violência sexual. (ZAMBELLI, C. et al, 2021)

Nesse caso, o PL iria dificultar o aborto em razão de estupro. Portanto, observando os três projetos propostos em caso de aborto, é evidente que as deputadas posicionadas à direita do espectro político não assumem o aborto como uma prática apropriada, visto que, Tonietto e Zambelli tentam complexificar a ação, enquanto Bonfim tenta proteger as mulheres que estão

aptas a passar por esse processo e Bonavides procura uma forma amparar essas crianças vítimas dessas síndromes e suas famílias, ou seja, enquanto as primeiras estão mais preocupadas em proibir e dificultar o aborto, pensando nos direitos do feto, as duas últimas estão trabalhando para que sejam tomadas atitudes que efetivem os direitos das mulheres e crianças.

Em outros assuntos as visões também se diferem, a deputada Caroline de Toni (2020) filiada ao Partido Liberal propõe no “PL 4213/2020” que a reserva mínima de 30% das vagas para mulheres nas candidaturas eletivas sejam extintas. Em contrapartida, Rejane Dias (2019) filiada ao Partido dos Trabalhadores defende no "PL 4024/2019” que as normas para as eleições sejam modificadas para assegurar o mínimo de vagas para candidatas mulheres no Senado Federal, Câmara dos deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Outra vez os interesses são diferentes, no entanto, surpreende que uma mulher defenda a extinção de uma política pública que tenta inserir mais mulheres na política, com o argumento de que se trata de uma questão ideológica de igualdade de gênero e que poucas mulheres se interessam em desenvolver atividades político-partidárias. Além disso, em 2018 o partido que a elegeu nesta eleição esteve envolvido em um escândalo de candidaturas laranjas de mulheres para preencher as vagas⁶. Na verdade, ao invés de procurar aperfeiçoar a lei que discorre sobre cotas de gênero (Lei nº 9.504/1997) de uma forma que incentive as mulheres a entrarem na política, a deputada achou que seria melhor acabar com ela, sem levar em conta que diversas leis passam por muitas mudanças até se aperfeiçoarem e surtirem o efeito desejado. A deputada Sâmia Bomfim (PSOL) propôs o "PL 888/2021” com a seguinte ementa:

Altera a Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), e 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), para dispor sobre a aplicação de recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) para promoção de candidaturas por meio da inclusão dos gastos com atividades de cuidado nas despesas de campanha.

Esse projeto é uma tentativa de aperfeiçoamento da lei, uma vez que, desloca recursos dos fundos de campanha e partidário para quitar os gastos das candidatas com atividades sobre cuidado nas despesas de campanha como forma de incluir as mulheres que são mães e

⁶ Disponível em:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/deputada-do-psl-apresenta-projeto-para-extinguir-cota-de-genero-em-eleicoes/>. Acesso em 04 nov. 2023

cuidadoras no sistema eleitoral. A deputada Tábata Amaral (2021) também tem um PL que sugere deslocar os recursos desses fundos, mas nesse caso, seria para premiar as agremiações que invistam na efetiva participação política das mulheres.

Não obstante, a deputada de direita Elcione Barbalho (2019) também se incluiu na luta pelas cotas de gênero e propôs o “PL 4948/2019”, que “Proíbe que mais de sessenta por cento das candidaturas apresentadas por partidos políticos em eleições proporcionais sejam de pessoas do mesmo sexo.” (BARBALHO, 2019). Com esse projeto, ela defende que o percentual de vagas reservadas deve aumentar de trinta para quarenta por cento e defende que os partidos que não conseguirem preencher as vagas reservadas para mulheres devem ser sancionados. Assim sendo, isso mostra que assuntos alvos de divergências também encontram heterogeneidade dentro de semelhantes ideologias políticas.

Em síntese, foi possível concluir de acordo com os fatos supracitados, que a bancada feminina reeleita da Câmara dos Deputados dentro do período analisado, além de ser composta por maioria branca, de direita, casada, com alto nível de escolarização e militante, também se preocupa em maior medida com direitos humanos, educação e saúde, em vista de que são os temas com maior número de PLs propostos por elas, e que em relação aos temas sobre mulheres, são quase unânimes sobre a relevância da assunto violência de gênero.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afinal, a presença de mulheres garante que elas irão lutar por seus direitos representando outras mulheres? Essa resposta não é precisa, mas num plano geral é mais cauteloso dizer que não. Como Phillips (2001), Young (2006) e Urbinati (2006) apontaram, uma representação efetiva não é feita apenas de semelhanças físicas, ou seja, representação descritiva como diria Pitkin (2006), ou presença, no conceito de Phillips (2001), também é necessário ideias. Nesse sentido, Iris Young (2006) vai ao encontro de Phillips ao afirmar que não há representação perfeita, pois segundo ela, as minorias não são homogêneas, portanto, o representante não é um substituto ou espelho do seu representado, mas fala por ele. Por isso, a representação seria uma conexão entre atores plurais, que necessita que os representantes defendam os interesses, opiniões e compreendam a perspectiva social dos representados, mesmo que não tenham as mesmas experiências.

Portanto, de acordo com tais teorias e analisando o caso das deputadas reeleitas na 57ª legislatura, conclui-se que a questão de gênero sozinha, não garante que as representantes mulheres irão representar, em todos os sentidos da palavra, as mulheres brasileiras. Isto porque, em alguns casos ficou clarividente que algumas mulheres não compreendem as mazelas que as cercam, até mesmo porque as dimensões de raça e classe não são iguais para todas, além do que, mesmo que sejam mulheres, também vivem em uma estrutura machista e patriarcal que as levam muitas vezes a reproduzirem o referencial que tiveram durante a vida. Isso fica mais evidente, quando analisados os projetos de lei das parlamentares de direita, pois parte deles apresentavam um viés fundamentalista, propondo mudanças que, caso fossem aprovados, prejudicariam as próprias mulheres. É claro que se trata de uma parcela menor entre as deputadas desse espectro político, a maioria se concentra em propor projetos que sejam menos ideológicos e mais factuais, mas ainda sim é uma parcela barulhenta que aproveita da visibilidade, aliada a homens poderosos, para convencer os eleitores de suas crenças.

Por outro lado, mesmo que as deputadas de esquerda em sua maioria tentem propor projetos que compreendam as mulheres em todas suas interseccionalidades, ainda não é a mesma coisa do que se as próprias mulheres estivessem lá, com todas suas experiências, suas dores, vivências, percepções de problemas que poderiam vir a ser propostas legislativas. Porém, enquanto essa diversidade não ocupa expressivas cadeiras na câmara, é importante que as representantes estejam atentas às suas demandas e opiniões. Por esse motivo, Luiz Felipe Miguel (2003) defende o pluralismo político, sendo ele a representação e expressão de todos, tendo a produção de regras sociais produzidas por aqueles que estão submetidos a ela. Contudo, enquanto isso não acontece, Miguel (2010), acredita que a *accountability* seja a melhor forma de manter o vínculo entre representantes e representados.

Além disso, segundo a cientista política Marion Young (2006), a representação política cria um vínculo entre representante e representado, no qual o primeiro leva as reivindicações do segundo. Logo, as mulheres compartilham de experiências de vidas similares, ainda sim, possuem recortes como raça, classe e gênero que as diferem. Pensando por esse ponto, é importante perguntar como homens brancos no topo da pirâmide social podem compreender tão bem as necessidades das mulheres, e em específico, das negras, indígenas, amarelas, ao ponto de serem os maiores detentores de poder e das tomadas de decisão do país e do mundo? Por isso, para que as demandas das minorias políticas sejam

ouvidas e colocadas em prática, nada melhor que possuam representantes que compreendam e compartilhem seus interesses, opiniões e perspectivas.

6. REFERÊNCIAS

ALTMANN, Cristina. (2020). AS MÚLTIPLAS BASES DE RECURSOS SOCIAIS NOS ACESSOS DO “FEMININO” À CÂMARA DE DEPUTADOS (1950-2015). *Revista Pós Ciências Sociais*. 129-148.

ARAÚJO, Clara As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. *Dados*. 2001, v. 44, n. 1

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Papyrus editora, 1996. p. 13-33

BRASIL, Câmara dos Deputados. Atividade Legislativa. Sítio Eletrônico. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. (2020), Raça e eleições no Brasil Porto Alegre, Zouk

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso em: 10 out. 2023

KERGOAT D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H.; et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Ed. Unesp; 2009. p. 67-75.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2003, v. 18, n. 51

MIGUEL, Luis Felipe. Accountability em listas abertas. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, p. 183-200, 2010.

BARRETT, Michéle; PHILLIPS, Anne; VERICAT, Isabel. Debates feministas contemporâneos. *Debate feminista*, v. 12, p. 141-151, 1995.

PHILLIPS, Anne. *The politics of presence*. OUP Oxford, 1998.

PHILLIPS, Anne. (2001), “De uma política de ideias a uma política de presença?”. Revista Estudos Feministas, 9, 1: 268-290.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e idéias. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. 2006, n. 67, pp. 15-47.

SILVA, Mayra Goulart da; CHAVES, Vanilda; BARBOSA, Laura. Mulheres eleitas e capital político familiar na Câmara dos Deputados: uma análise da 56ª legislatura (2019-2023). Sociedade e Estado, v. 38, p. 95-124, 2023.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática?. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. 2006, n. 67, pp. 191-228.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. 2006, n. 67, pp. 139-190.